

# Economía Solidária y Desarrollo Sostenible en el ambiente urbano: la experiencia de la producción de ladrillos ecológicos en la periferia de Rio de Janeiro

## I – Origens da economia solidária no Brasil

O Brasil se enquadra dentro do conceito de desenvolvimento industrial retardatário enunciado por Furtado (2000). Dentro deste conceito, o país exibiu, do século XIX à década de 1930, características de uma economia agrário-exportadora. Um quadro de “economia dual”, onde um setor exportador dinâmico e os setores de serviços que o cercam convivem com um setor agrário de subsistência. O setor exportador dinâmico, em geral, se constrói em volta de um produto de exportação (no caso brasileiro, o café) que demanda uma série de serviços, como transporte, insumos e corretagem. A renda gerada pelo produto de exportação ao longo da cadeia de produção gera demanda por produtos diversos, desde alimentos até manufaturas. Os alimentos e as manufaturas pouco intensivas em capital são fornecidas por produtores nacionais, enquanto as manufaturas de maior tecnologia são importadas. O Estado era mínimo e controlado pelos interesses da elite exportadora, se financiava com a tributação das importações e sua única política econômica era a de servir aos interesses do setor exportador. Entretanto, o setor exportador e os setores comerciais e manufatureiros que em torno dele gravitavam não absorviam toda a mão-de-obra nacional. A massa excluída, concentrada em grande parte no campo<sup>1</sup>, sobrevivia da agricultura de subsistência e da venda de seus pequenos excedentes. Enquanto o setor dinâmico exportador e aqueles que o gravitam tendem a se organizar de modo crescentemente capitalista, o setor agrário de subsistência tende a se apoiar na comunidade e em trocas, mesmo porque a circulação monetária era pequena no Brasil e menor ainda nestas comunidades, pois ali praticamente não havia assalariamento e o sistema bancário se cocentrava nas cidades. Desta forma, a maior parte de suas necessidades não podiam ser resolvidas via mercado. As soluções encontradas tinham de ser coletivas e com algum grau de solidariedade. Um exemplo muito comum é o da prática da “capina”, ainda hoje utilizado em algumas partes do Brasil. Dependendo da cultura, de tempos em tempos, o solo deveria ser preparado para o plantio. As plantas velhas, que já produziram, devem ser retiradas, “capinadas”, no jargão interiorano, para dar lugar às novas sementes. Em geral, uma família só não é suficiente para efetuar o serviço. Como tampouco têm condições de pagar por ele,

---

1 Em 1900, 90 % da população brasileira vivia no campo.

a família conta com a ajuda das famílias vizinhas. Assim, todas se ajudam mutuamente em tarefas necessárias para sua reprodução. Seja na “capina”, seja na construção de casas, nas festas religiosas ou no sepultamento dos mortos. A urbanização, o desenvolvimento industrial e a acentuação de práticas capitalistas no campo se aceleraram a partir da década de 1930. Na segunda metade do século XX, o Brasil gradualmente deixou de ser uma economia agrário-exportadora para se tornar uma economia diversificada tipicamente periférica, baseada em um setor industrial moderno ligado ao capital internacional e com produção voltada para o mercado interno e em um setor agrário de bases capitalistas voltado para a produção de commodities para exportação. Entre 1930 e 1980 a economia cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano, fazendo com que o PIB brasileiro fosse multiplicado vinte e duas vezes em cinquenta anos (IBGE, 2000). Embora boa parte da população não tenha sido absorvida pelo desenvolvimento industrial e continuasse à margem dos setores dinâmicos da economia, a crescente urbanização destruiu os laços comunitários existentes nas áreas rurais. A massa excluída passou a viver nas periferias das regiões metropolitanas, gerando renda no âmbito da economia informal.

### I.1 - Origens do cooperativismo no Brasil

Foi também ao longo deste período de profundas transformações na economia brasileira que surgiram no país as primeiras experiências de cooperativismo organizado. Cooperativas de consumo já existiam no país desde a década de 1890. Cooperativas rurais surgiram a partir de 1902, mas entre as décadas de 1930 e 1960 proliferaram cooperativas não só rurais, como também de crédito, produção e consumo, principalmente no Rio Grande do Sul, estado na região sul do país, muito influenciada por colonização alemã (Salomão, 1999).

Em 1964 um golpe militar suspendeu a Constituição democrática de 1946 e iniciou um ciclo de governos autoritários que duraria 21 anos. Ainda nos anos 1960, as cooperativas de crédito foram suprimidas no âmbito da reforma financeira que se realizava. Em 1971, no auge do período autoritário, foi promulgada a lei que até hoje rege o cooperativismo brasileiro (lei 5764/71), notável pelos mecanismos de tutela estatal que impõe às cooperativas. Ainda hoje, esta lei atrapalha o melhor desenvolvimento do cooperativismo popular no Brasil, apesar de vários dos seus artigos terem a possibilidade de não serem mais aplicados, tendo em vista o conflito com dispositivos da Constituição democrática de 1988. A partir da segunda metade da década de 1980, o cooperativismo tomaria novo impulso a partir da redemocratização do Brasil e haveria o surgimento do cooperativismo popular .

I. 2 – O Brasil no final do Século XX, o surgimento dos movimentos de economia solidária e o desenvolvimento sustentável.

Depois de dois séculos de revolução industrial e contínuo crescimento econômico, as conseqüências da exaustão dos recursos naturais começaram a aparecer. Em 1972 se realizou em Estocolmo, Suécia, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Os primeiros movimentos de preocupação com o meio-ambiente coincidiram com o princípio da crise que afetou o modelo de desenvolvimento capitalista adotado a partir do fim da II Guerra Mundial (1945), conhecido como modelo de Bretton-Woods, simbolizado pela primeira crise do petróleo, em 1973. A crise capitalista se ampliou com a segunda crise do petróleo, em 1979. Ao longo dos anos 1980, a maior parte dos países desenvolvidos respondeu à crise elegendo governos de centro-direita, que puseram em prática receitas neoliberais de combate à crise. Tal receituário, baseado em desregulamentação da economia, agravou as conseqüências sociais da crise e aumentou a liberdade e a rentabilidade do capital financeiro internacional, tornando mais clara a nocividade do sistema ao meio ambiente. A reação veio na forma do fortalecimento do movimento ambiental ao longo da década.

Outra conseqüência da segunda crise do petróleo foi o aumento das taxas de juros internacionais, capitaneadas pelo banco central norte-americano. O resultado disso foi a disseminação da crise da dívida dos países em desenvolvimento no início dos anos 1980, notadamente os da América Latina. A crise desorganizou a economia desses países e abriu as portas de processos hiperinflacionários acompanhados de recessão. Este processo feriu de morte o nacional-desenvolvimentismo que predominara nos principais países da região na segunda metade do século XX e minou as ditaduras militares que os governavam, em sua maioria, desde a década de 1960. A conseqüência imediata foi a redemocratização da maior parte da região ao longo da década. No caso do Brasil, onde o primeiro governo civil em 21 anos assumiu em 1985, a combinação de crise econômica com democracia resultou no surgimento de diversos movimentos sociais contestatórios, com o fortalecimento dos sindicatos, de associações comunitárias de reivindicação e o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O PT (Partido dos Trabalhadores), fundado em 1980 reunindo sindicalistas e intelectuais de diversas correntes da esquerda brasileira, cresceu em votos e influência. No final de 1989, nas primeiras eleições presidenciais diretas em 29 anos, que ocorreram em meio a grave processo inflacionário, foi eleito Fernando Collor, ex-governador do pequeno estado de Alagoas, e que se apresentara como alternativa ao *establishment* político, apoiado massivamente por este mesmo *establishment* por se consolidar como a única

alternativa viável de barrar a eleição de um candidato de esquerda. Collor seguiu a tendência de seus colegas latino-americanos da mesma época, elegendo como prioridade número um o combate à hiperinflação gerada a partir da crise da dívida. Com uma taxa de inflação de mais de 80% apenas na primeira metade de março de 1990, o novo governo, que assumiu no dia 15 daquele mês, implantou um plano de estabilização dos preços fortemente recessivo. O coração do plano foi o confisco de todos os depósitos bancários superiores a 50 mil cruzados novos (moeda brasileira à época, cerca de 1.070€ a preços de 2008<sup>2</sup>). Adicionalmente, os investimentos federais e das empresas estatais foram suspensos, e a nova administração passou a se dedicar à diminuição do tamanho do Estado e a privatizações, medidas que agravaram os efeitos recessivos do plano. O resultado foi uma grande recessão, com o PIB brasileiro sofrendo um recuo de mais de 4% em 1990 (IBGE, 2000), que não resultou em controle da inflação: os primeiros doze meses do plano registraram um índice de aumento de preços acumulado de mais de 400%. Os efeitos sociais não são difíceis de se deduzir. A taxa de desemprego dobrou em um ano. O número de trabalhadores formalizados despencou em 25% em dois anos. Impopular, acuado por denúncias de corrupção generalizada em seu governo e inábil para montar uma coalizão política estável com seus aliados de centro-direita no parlamento, o presidente Collor foi derrubado constitucionalmente através de um processo de *impeachment* em outubro de 1992. Foi substituído por seu vice-presidente, Itamar Franco, que montou um governo de coalizão que reuniu todos os principais partidos, com a exceção do PT, que recusou o convite para participar. O ritmo das privatizações diminuiu, alguns investimentos foram retomados e a economia voltou a crescer em ritmo razoável, preenchendo o vácuo de dois anos de recessão. Entretanto, o processo inflacionário continuava crônico, ultrapassando os 2.400% em 1993. Em junho daquele ano, o senador Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), foi nomeado ministro da fazenda. O novo ministro montou uma equipe baseada em economistas liberais, oriundos em sua maioria da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro com pós-graduações nos EUA. A nova equipe montou um plano de estabilização que mesclava diagnósticos ortodoxos das causas da inflação, típicos do consenso de Washington, com a chamada inflação inercial. O plano foi anunciado em dezembro de 1993. Previa o arrocho das contas públicas, liberalização das importações e introdução da URV (Unidade Real de Valor) que variaria diariamente (de acordo com uma cesta de índices, na qual os mais importantes eram a cotação do dólar norte-americano e a taxa de inflação esperada). O cruzeiro real (moeda nacional desde junho daquele ano) continuaria a circular, mas todos os preços deveriam ser denominados tanto em cruzeiros reais como em URVs. Os salários também foram convertidos em URV. Entretanto, a correção se deu pela média dos seis meses anteriores, retirando

---

2 Valores atualizados pelo autor com base no IPCA do IBGE e convertido para euros com base na cotação oficial de 11 de março de 2008.

poder de compra dos trabalhadores. Criou-se assim a percepção de que os preços em URV eram estáveis, enquanto eles cresciam em cruzeiros reais conforme a taxa diária da URV.

Em abril de 1994, com o ex-sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, candidato presidencial de uma frente de esquerda encabeçada pelo PT, liderando com folga todas as pesquisas eleitorais, o ministro Fernando Henrique deixou o governo, com o plano de estabilização em plena marcha, para candidatar-se a presidente. Em julho, a URV e o cruzeiro real foram abolidos, sendo introduzida uma nova moeda, o real, cuja unidade valia o mesmo que uma URV. Nos primeiros meses após sua implantação, a nova moeda passou por grande valorização cambial, resultado dos altos juros brasileiros e do saldo das transações correntes. O fenômeno serviu para controlar a inflação e aumentar o poder de compra da população ao baratear os produtos importados. Devido à popularidade imediata do plano, o senador Fernando Henrique, que montara uma coalizão de centro-direita durante a campanha, foi eleito presidente com 54% dos votos válidos, o dobro dos votos de Lula, em outubro de 1994.

O novo governo assumiu em janeiro de 1995 e recuperou, agora num cenário de estabilidade dos preços e amplo apoio popular e político, a agenda neoliberal posta de lado nos anos anteriores. A estabilidade dos preços foi mantida com a prática de altos juros e com sobrevalorização cambial. Capitais estrangeiros foram atraídos pela aceleração do programa de privatizações. Os efeitos nocivos foram o recuo dos investimentos privados, elevado déficit das transações correntes em substituição ao saldo anterior e súbita obsolescência do parque industrial nacional, forçado a conviver com importados baratos e em massa. O resultado foi o baixo crescimento da economia, insuficiente para absorver os entrantes no mercado de trabalho e uma profunda reestruturação do setor produtivo nacional, que cortou custos e postos de trabalho em massa. Trabalhadores especializados perderam empregos na indústria e tiveram de migrar para o setor de serviços, com remunerações menores. Já os de menor formação, justamente os mais pobres, passaram a ter dificuldades cada vez maiores de inserção no mercado de trabalho formal.

Neste cenário, o cooperativismo urbano surgiu como uma alternativa para se enfrentar o desemprego, fosse no caso de empregados assumirem o controle de uma fábrica falida, fosse na forma de trabalhadores autônomos se reunirem para prestarem serviços terceirizados. Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) argumentava que se a universidade pública dispendia recursos há mais de dez anos na incubação de empresas, geralmente de propriedade de pessoas de classe média e alta, poderia muito bem orientar parte de seus recursos no sentido de promover o desenvolvimento de empreendimentos populares. Desta forma, ainda em

1995, surgiu a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ), a primeira incubadora de cooperativas populares no Brasil. Caberia a este novo modelo de instituição desenvolver a tecnologia social necessária para orientar os membros dos grupos populares na condução de empreendimentos autogestionários. Rapidamente outras universidades seguiram o exemplo e, em 1999, surgiu a Rede Universitária de ITCPs.

As crises asiática (1997) e russa (1998) demonstraram o quanto a economia brasileira era cada vez mais refém dos humores do sistema financeiro internacional. Às vésperas de novas eleições presidenciais, o governo brasileiro necessitava a todo custo manter a sobrevalorização cambial do real, símbolo da estabilidade monetária alcançada após 1994. Após a crise russa, a “miragem” cambial só se manteve graças a um empréstimo emergencial de US\$ 40 bilhões do Fundo Monetário Internacional (FMI), acompanhado das tradicionais medidas ortodoxas de controle das contas públicas impostas pela instituição sediada em Washington. Com o câmbio e os preços controlados, o presidente Fernando Henrique foi reeleito em outubro de 1998, com 53% dos votos válidos, tendo como principal adversária novamente a frente de esquerda encabeçada por Lula, que chegou a 30%. Poucas semanas após o início de seu segundo mandato, em janeiro de 1999, o governo não pôde mais resistir às pressões dos mercados e o câmbio foi liberado. O real foi desvalorizado em mais de 50% em poucos dias. Para domar as pressões inflacionárias, o governo aprofundou a política de juros altos e arrochou ainda mais as contas públicas, com a criação de metas de superávits orçamentários primários. O quadro recessivo herdado do ano anterior se manteve, e a economia que crescera pouco entre 1995 e 1997, se manteve estagnada em 1998 e 1999. A recuperação que a economia demonstrou em 2000 se esvaiu após a crise de oferta energética de 2001, que teve como consequência mais dois anos de crescimento econômico medíocre. A economia, em 2002, também sofreu o impacto das reviravoltas do mercado financeiro, temeroso das perspectivas de vitória cada vez mais reais de Lula da Silva nas eleições daquele ano.

Em 2002, em sua quarta tentativa de chegar à presidência, Lula ampliou seu leque de alianças, abrindo espaço em sua coalizão para pequenos partidos de centro-direita. Além disso, contou com a divisão das forças que haviam apoiado os oito anos do governo que findava, assim como a crescente impopularidade daquele governo, numa época em que os efeitos positivos da estabilização monetária já haviam se tornado parte do cotidiano, e os efeitos negativos de 8 anos de estagnação econômica e crescentes desnacionalização do setor produtivo e aumento constante da taxa de desemprego e queda da renda per capita não podiam mais ser mascarados. O número total de trabalhadores formais em 2002 era o mesmo de 1985. Em outubro, Lula obteve 46% dos votos

válidos. No segundo turno, semanas depois, foi eleito presidente da República com 61% dos votos, tendo como adversário o senador e ex-ministro da saúde José Serra, do PSDB.

No poder a partir de janeiro de 2003, Lula manteve as linhas gerais da política econômica de seu antecessor, baseada em altos juros e na geração de superávits orçamentários primários. A relativa calma no cenário externo e os baixíssimos juros americanos permitiram uma gradual queda nas taxas de juros brasileiras. À taxa de crescimento ainda modesta de 2003, seguiram-se taxas de crescimento acima de 4% a partir de 2004. Ao longo da década de 2000, os preços internacionais das commodities cresceram forte e prolongadamente, liderados pela crescente demanda chinesa. O resultado foram sucessivos saldos comerciais e de transações correntes a favor do Brasil, e conseqüente valorização do real e acúmulo de reservas, o que ao mesmo tempo que ajudou a frear a inflação, diminuiu a sensação de vulnerabilidade externa. No Congresso, o PT e os demais partidos de esquerda representavam apenas 30% das cadeiras após as eleições de 2002. Lula se aliou a uma série de pequenos e médios partidos, ideologicamente amorfos e que vivem eternamente na órbita do poder. Esta estratégia lhe custou um grande desgaste com inúmeras acusações de corrupção e compra de votos no parlamento, vigorosamente amplificadas pela oposição e mídia conservadoras ao longo de 2005.

Sendo tão parecido com seu antecessor na gestão macroeconômica, o governo Lula se diferenciou por permitir espaços de diálogo entre os movimentos sociais e o Estado. Muitos funcionários que alcançaram posições chave na hierarquia pública têm histórico de militância. No governo Lula passaram a existir nichos de atuação que antes não existiam, e conseqüente acesso a políticas públicas por parte desses movimentos. No caso da economia solidária, ainda em 2003, foi criada a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao TEM - Ministério do Trabalho e Emprego, cuja função foi a de coordenar e ampliar a atuação de programas já existentes voltados para a área e de organizar toda a atuação do governo federal em relação ao setor. A Rede de ITCPs, que contava com financiamentos públicos através do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas, desde 1999, ganhou um fórum de discussão e articulação dentro da estrutura estatal.

Em outubro de 2006, sendo beneficiado pelo crescimento econômico, diminuição das taxas de desemprego, uma gradual inversão nas tendências de aumento da desigualdade social e pelo lento aumento da parcela dos salários na renda nacional, Lula obteve 48% dos votos válidos nas eleições presidenciais. No segundo turno, semanas depois, foi reeleito presidente com mais de 60% dos votos, contra 39% do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do PSDB.

## II – A Cooperativa Eu Quero Liberdade

### II. 1 – História da cooperativa

A origem da CoopLiberdade (Cooperativa Eu Quero Liberdade) remonta ao programa Agentes da Liberdade, implantado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em 2004. O programa consistia em capacitar egressos do sistema penal brasileiro para se tornarem agentes de cidadania. Alguns dos formados no curso, oriundos do Complexo de favelas do Morro do Alemão (uma das áreas mais violentas da cidade, onde impera a ordem imposta pelo tráfico de drogas), na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, se juntaram a outros egressos do sistema penal da mesma área, e no início de 2007 fundaram a Cooperativa Eu Quero Liberdade, com o intuito de gerarem renda como catadores e separadores de resíduos sólidos recicláveis.

Em março daquele ano, se inscreveram no processo de seleção da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (ITCP CEFET/RJ), mais nova integrante da Rede de ITCPs, que iniciara seus trabalhos em dezembro de 2006.

Tendo sido selecionada para iniciar o processo de incubação, os integrantes da CoopLiberdade passaram a frequentar os cursos fornecidos pela incubadora, de formação para a autogestão. Os cursos incluíam informações sobre cooperativismo e autogestão, sobre como elaborar o estatuto e o regimento interno e sobre técnicas para realizar um estudo de viabilidade econômica participativo, ou seja, que contasse ao máximo com a participação do maior número possível de cooperados em sua elaboração. Ao longo do processo de elaboração do estudo, ficou claro que a mera catação, separação e revenda dos materiais recicláveis não garantiria o sustento para todos os cooperados, pois as margens eram muito pequenas, e sem acesso a maquinário por falta de capital disponível, não seria possível realizar ganhos de escala.

### II. 2 – O processo Konlix

Desde a década de 1990, o pesquisador brasileiro Luiz Fernando Badejo pesquisa processos de transformação de resíduos orgânicos sólidos em matéria-prima para a produção de tijolos de construção. Em 2005, Badejo iniciou um mestrado em tecnologia de resíduos no CEFET/RJ, tendo defendido sua dissertação no final de 2006. Ao longo do mestrado, o pesquisador desenvolveu o



processo Konlix, que consiste em misturar resíduos sólidos orgânicos em processo de decomposição com entulho de obra moído a cimento e outros aditivos químicos, obtendo assim tijolos modulares de construção a baixo custo e livres de qualquer contaminação ou cheiro, como o pesquisador demonstrou em sua dissertação. Quase 90% da massa do tijolo chega a ser formada por material reaproveitado. A grande vantagem do processo reside no fato de, ao estabilizar material orgânico em decomposição, evitar-se que este, além de contaminar o solo e fontes de água em seu local de disposição, lance à atmosfera o gás metano, produzindo durante seu processo de decomposição. O metano chega a ser responsável por quase 50% dos gases de efeito estufa de origem antrópica (Carvalho, 2006). O processo de fabricação de tijolos foi denominado de Konlix.

Foi proposto à cooperativa que adotasse o processo Konlix de fabricação de tijolos modulares, e esta aceitou. Entretanto, para produzir os tijolos, era necessário dispor de uma prensa, mesmo que fosse manual e de pequena capacidade. A cooperativa não possuía os recursos financeiros necessários para a aquisição deste bem de capital simples.

No fim de 2007, a CoopLiberdade conseguiu, através da ITCP CEFET/RJ, uma parceria com a PetroVida, ong formada por funcionários da Petrobrás S.A., empresa brasileira de petróleo, sociedade de capital misto, controlada pelo governo federal, que possui 51% em sua participação acionária. A ong, existente há alguns anos, era uma ferramenta através da qual funcionários da empresa mantinham obras de filantropia, como doação de alimentos e outros materiais necessários a instituições de caridade. Nunca, entretanto, a organização havia trabalhado com geração de renda. A ong doou então à cooperativa, com o aval da ITCP CEFET/RJ, cerca de 16 mil reais (5.925€ à taxa de câmbio de abril de 2008) para que a cooperativa adquirisse o maquinário necessário para a implantação de uma unidade de produção piloto com capacidade para produzir 22 mil tijolos por mês, empregando 4 pessoas e gerando uma renda líquida de cerca de R\$500 mensais para cada um (185€ 20% acima do salário mínimo brasileiro), já descontados os fundos coletivos (de reserva e depreciação) e os fundos individuais (de descanso anual e auxílio natalino, destinados a substituir, na cooperativa, os direitos trabalhistas previstos na legislação brasileira, como o direito a férias anuais remuneradas de 30 dias e o direito a um 13º salário anual no mês de dezembro.).

As máquinas foram encomendadas em janeiro de 2008, e em abril se encontravam em processo de instalação.

### III – Economia Social e Solidária e Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento capitalista e o desenvolvimento sustentável são duas concepções antagônicas. No sistema capitalista, o objetivo principal de qualquer empreendimento ou organização, por definição, é a maximização do lucro. No circuito  $D - M - D'$  apontado por Marx (1982) a produção de mercadorias existe tão somente como meio para a reprodução do capital e não como meio para produção de valores de uso. Desta forma, a tendência do sistema seria de sofrer crises cíclicas de superprodução, que acabaram por não se materializarem devido ao crescente ímpeto consumista nos países mais abastados a partir da segunda metade do século XX. Desta forma, compramos um microprocessador novo assim que o novo modelo é anunciado, descartando o anterior, que se encontrava em perfeito funcionamento. Novas tecnologias, principalmente no campo da eletrônica e informática, são criadas a todo momento com o objetivo de tornar obsoleta toda uma geração de equipamentos em perfeito estado. No chamado mundo desenvolvido, devido ao baixo preço relativo desses produtos, o destino dos aparelhos antigos, altamente poluentes, na maior parte das vezes é o lixo. Equipamentos, em geral, com alta concentração de elementos poluentes. Em outros setores de produção de bens de consumo, o quadro não é muito diferente. A maximização do lucro também implica a minimização de custos. Tratamentos adequados de resíduo são custos. Mão-de-obra treinada e qualificada é um custo. A tendência da busca da maximização do lucro, portanto, é a exaustão dos recursos naturais e a degradação do ambiente cada vez maiores devido à contaminação dos resíduos dos produtos descartados.

A Economia Social e Solidária, portanto, surge como alternativa viável para a aplicação de práticas de desenvolvimento sustentável pois suas organizações têm como meta o bem-estar da população envolvida. Num sistema utópico social e solidário, a sociedade seria organizada em empreendimentos produtores de valores de uso, utilizando recursos naturais e descartando resíduos de forma racional e sustentada.

Entretanto, o mundo real ainda é predominantemente capitalista. As experiências de trabalho solidário ainda se inserem em um mercado capitalista. E estes empreendimentos precisam negociar neste mercado de modo a gerar renda para seus integrantes. Este fato gera a contradição de os empreendimentos sociais e solidários, ao concorrerem no mercado capitalista, sofrerem pressões a serem tão “eficientes” ou mais quanto seus concorrentes capitalistas. Ao ceder a estas pressões, muitas vezes os empreendimentos acabam por impor aos trabalhadores condições semelhantes ou piores do que o trabalho capitalista. Ao se manterem fiéis a seus princípios, muitos acabam não gerando renda suficiente para seu sustento. Uma saída comumente adotada é a de se utilizar do “marketing social”. Os preços mais altos dos produtos e serviços sociais e solidários seriam justificados pela sua característica diferenciada, apelando ao senso de justiça dos consumidores.

Esta estratégia esbarra em alguns empecilhos. Uma campanha de marketing voltada ao público das classes alta e média teria um custo muito alto, inacessível à maioria absoluta dos empreendimentos de ESS. Se esta campanha fosse feita em parceria com uma empresa capitalista, o empreendimento de ESS teria grande chance de acabar subordinando-se aos interesses desta empresa. A alternativa que resta, para esta estratégia, seria a sensibilização das comunidades populares no entorno do empreendimento para que consumissem os produtos e serviços locais. Isso incentivaria a criação de pequenos sistemas produtivos locais autônomos, bem como aumentaria o poder de mobilização popular na área ao torna-la menos vulnerável aos interesses capitalistas. Existem experiências na área, notadamente na Argentina e no Brasil, até mesmo com a criação de moedas de troca local, tornando a circulação de produtos e serviços independente da monetização da comunidade, e mais dependente somente das habilidades e recursos existentes.

Entretanto, por melhor que sejam, dificilmente iniciativas locais como as citadas acima conseguem ganhar escala suficiente para acumular o capital necessário para chegar à escala industrial, agregar valor efetivo ao trabalho humano e dar a estes trabalhadores um padrão de vida confortável. Enxerga-se neste caso, somente o Estado, como ente com força suficiente para promover esse salto nos ESS. O incentivo estatal pode se dar de diversas formas, as principais delas, financiando a capitalização dos ESS e demandando sua produção preferencialmente em relação à economia capitalista. A crítica neoliberal dirá que tal política se trata de discriminação contra os capitalistas e rompimento do princípio de igualdade perante à lei. Entretanto, tratar com igualdade os desiguais, é reforçar a desigualdade.

As eleições presidenciais da década de 2000 na América do Sul têm mostrado a rejeição da população local aos grupos que implantaram na região as receitas do consenso de Washington ao longo dos anos 1990, e também, em alguns países, àqueles que, ao assumir o poder, mantiveram esse receituário em prática. Em alguns países, como Bolívia, Venezuela e Equador, o sistema partidário tradicional implodiu, tornando claro que a alternância dos partidos das elites era um jogo marcado e não mais provia a população de suas necessidades mais básicas. No Brasil, o sistema partidário é estável há cerca de 20 anos. Entretanto, as eleições de 2002 levaram ao poder um partido que tem em suas fileiras segmentos da sociedade que nunca antes haviam sido representados. No poder, não só se aliaram a grupos tradicionais do poder, conforme descrito neste texto, como não se afastaram muito das macropolíticas pré-existentes. Entretanto representam nichos de atuação. Nichos que precisam ser melhor explorados pela ESS. As eleições de 2006 provaram que a população sabe reconhecer o que lhe beneficia. A simples inversão de tendência da concentração da renda nas mãos da parcela mais rica da sociedade e os programas federais de

transferência de renda elevaram o nível de vida de boa parte da população mais pobre. Nestas eleições, o presidente Lula teve a maior parte de seus votos concentrados nos estados e regiões mais pobres, invertendo a tendência histórica do seu voto, antes concentrado nas maiores cidades. É trabalho da militância da ESS criar pequenas experiências bem sucedidas e conquistar cada vez mais espaços na esfera pública, de modo a que essas iniciativas ganhem escala. Se o restante das massas populares perceber que se trata de um projeto orientado para sua emancipação, o apoio será certo.

## Bibliografia

CARVALHO, Luiz Fernando Badejo. Reciclagem e Utilização de Resíduos Sólidos de Origem Orgânica na Confeção de Artefato para Construção Civil. Dissertação de mestrado. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2006.

Bava, Sílvio Caccia. Tecnologia social e desenvolvimento local, *in* Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

Furtado, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Sistema de contas nacionais: referência 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2000.

IPEA. <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?430387906>>

Marx, Karl. O Capital. Nova Fronteira. São Paulo, 1982.

Salomão. Inessa Laura. Cooperativismo: um modelo diferente tenta se apresentar. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Departamento de Economia, USP. São Paulo, 1999.